

Vol 5 Issue 8 May 2016

ISSN No : 2249-894X

---

*Monthly Multidisciplinary  
Research Journal*

*Review Of  
Research Journal*

Chief Editors

---

**Ashok Yakkaldevi**  
A R Burla College, India

**Ecaterina Patrascu**  
Spiru Haret University, Bucharest

**Kamani Perera**  
Regional Centre For Strategic Studies,  
Sri Lanka

Review Of Research Journal is a multidisciplinary research journal, published monthly in English, Hindi & Marathi Language. All research papers submitted to the journal will be double - blind peer reviewed referred by members of the editorial Board readers will include investigator in universities, research institutes government and industry with research interest in the general subjects.

### Regional Editor

Manichander Thammishetty  
Ph.d Research Scholar, Faculty of Education IASE, Osmania University, Hyderabad.

### Advisory Board

Kamani Perera Regional Centre For Strategic Studies, Sri Lanka	Delia Serbescu Spiru Haret University, Bucharest, Romania	Mabel Miao Center for China and Globalization, China
Ecaterina Patrascu Spiru Haret University, Bucharest	Xiaohua Yang University of San Francisco, San Francisco	Ruth Wolf University Walla, Israel
Fabricio Moraes de Almeida Federal University of Rondonia, Brazil	Karina Xavier Massachusetts Institute of Technology (MIT), USA	Jie Hao University of Sydney, Australia
Anna Maria Constantinovici AL. I. Cuza University, Romania	May Hongmei Gao Kennesaw State University, USA	Pei-Shan Kao Andrea University of Essex, United Kingdom
Romona Mihaila Spiru Haret University, Romania	Marc Fetscherin Rollins College, USA	Loredana Bosca Spiru Haret University, Romania
	Liu Chen Beijing Foreign Studies University, China	Ilie Pinteau Spiru Haret University, Romania
Mahdi Moharrampour Islamic Azad University buinzahra Branch, Qazvin, Iran	Nimita Khanna Director, Isara Institute of Management, New Delhi	Govind P. Shinde Bharati Vidyapeeth School of Distance Education Center, Navi Mumbai
Titus Pop PhD, Partium Christian University, Oradea, Romania	Salve R. N. Department of Sociology, Shivaji University, Kolhapur	Sonal Singh Vikram University, Ujjain
J. K. VIJAYAKUMAR King Abdullah University of Science & Technology, Saudi Arabia.	P. Malyadri Government Degree College, Tandur, A.P.	Jayashree Patil-Dake MBA Department of Badruka College Commerce and Arts Post Graduate Centre (BCCAPGC), Kachiguda, Hyderabad
George - Calin SERITAN Postdoctoral Researcher Faculty of Philosophy and Socio-Political Sciences Al. I. Cuza University, Iasi	S. D. Sindkhedkar PSGVP Mandal's Arts, Science and Commerce College, Shahada [ M.S. ]	Maj. Dr. S. Bakhtiar Choudhary Director, Hyderabad AP India.
REZA KAFIPOUR Shiraz University of Medical Sciences Shiraz, Iran	Anurag Misra DBS College, Kanpur	AR. SARAVANAKUMARALAGAPPA UNIVERSITY, KARAIKUDI, TN
Rajendra Shendge Director, B.C.U.D. Solapur University, Solapur	C. D. Balaji Panimalar Engineering College, Chennai	V.MAHALAKSHMI Dean, Panimalar Engineering College
	Bhavana vivek patole PhD, Elphinstone college mumbai-32	S.KANNAN Ph.D , Annamalai University
	Awadhesh Kumar Shirotriya Secretary, Play India Play (Trust), Meerut (U.P.)	Kanwar Dinesh Singh Dept.English, Government Postgraduate College , solan

More.....



# Review Of Research



## CATEGORIZAÇÕES SANGRENTAS: COMO AS LÓGICAS DAS CLASSIFICAÇÕES COLONIAIS RESULTARAM NO GENOCÍDIO DE RUANDA DE 1994 (Bloody categorizations: As the logics of colonial ratings have resulted to Rwandas` Genocide of 1994)



**Diogo Gonzaga Torres Neto**

**Professor and Researcher in Federal University of Rondônia – UNIR ,  
Cacoal City – State of Rondônia**

### ABSTRACT:

This article brings together the reflection about on the ethnic classifications, geographical and belligerent, which relate to Genocide in Rwanda. The purpose of this paper is to present some classifications, arbitraries of hegemonic nature, referring to the rwandan at the end of the 19th century, which were classified in Tutsis and Hutus, based on the terms used to designate the agropastoral areas activities in african communities. That classification, started by the Germans, was even more fierce during the Belgian domain, with the prohibition of ethnic change, through craniometrias, nasal indices, ocular indices, stature and skin tone, which reinforced the stereotypes of racial identities. The Tutsis became the elite that dominates through monarchy, and the Hutus, the subordinate people. After decades of subordination, Belgians start the output of Rwanda and let the administration of power in Hutus hands, generating massacres both of Tutsis and Hutus in various localities of Rwanda. In 1994, after the death of Hutu president Juvenal Habyarimana, the hatred came in the form of a "cutlasses season", which lasted 100 days of death to Tutsis. The United Nations (UN), United States, France, Germany and the United Kingdom have avoided during much of this period, the use of the term genocide, using several others terminologies, such as "tribal war", "chaos", "massacre", "acts of genocide". Only after the death of 1,074,017 "rwandans", the final classification of the UN was

assumed as the Genocide in Rwanda.

**KEYWORDS:** Rwanda, Ethnicity, Genocide.

**RESUMO:**

O presente artigo reúne a reflexão sobre as classificações étnicas, geográficas e bélicas, que se relacionam ao Genocídio de Ruanda. A finalidade deste artigo é apresentar algumas classificações, arbitrarias e de natureza hegemônica, referentes aos ruandeses no final do século XIX, os quais foram classificados em tútsis e hutus, com base nos termos usados para designar as atividades agropastoris das comunidades africanas. Tal classificação, iniciada pelos alemães, foi ainda mais acirrada durante o domínio belga, com a proibição de mudança étnica, mediante craniometrias, índices nasais, índices oculares, estatura e tom de pele, que reforçaram os estereótipos de identidades raciais. Os tútsis tornaram-se a elite, que domina mediante monarquia, e os hutus, a massa subalterna. Após décadas de subordinação, os belgas iniciam a saída de Ruanda e deixam no poder os hutus, gerando massacres tanto de tútsis quanto de hutus em diversas localidades de Ruanda. Em 1994, após a morte do presidente hutu Juvénal Habyarimana, o ódio veio na forma de uma “temporada de facões”, que durou cem dias de morte aos tútsis. A ONU, Estados Unidos, França, Alemanha e Reino Unido evitaram durante boa parte desse período o uso do termo genocídio, utilizando-se de várias outras terminologias, como “guerra tribal”, “situação de caos”, “massacre”, “atos de genocídio”. Somente após a morte de 1.074.017 ruandeses, a classificação final da ONU foi assumida como o Genocídio de Ruanda.

**Palavras-chave:** Ruanda, Etnia, Genocídio.

**INTRODUÇÃO**

Em 06 de abril de 1994, a derrubada do avião do presidente de Ruanda, Juvénal Habyarimana, marca o início de um dos episódios mais sangrentos do século XX, que ocorreu por cerca de cem dias durante os quais a “etnia” hutu perseguiu e assassinou pessoas da “etnia” tútsi em Ruanda, situada na África Centro-oriental. Os números precisos de mortos não se sabe ao certo; oficialmente foram 1.074.017 mortos, que constituíam 13% da população total do país em 1994, sendo que entidades humanitárias estimam que 800.000 tútsis tiveram suas vidas tiradas no episódio conhecido hoje como Genocídio de Ruanda.

O foco do episódio deu-se por definições impostas pelos colonizadores belgas, que estabeleceram que os ruandeses fossem divididos em “etnias”; foram criados, pois, critérios “científicos” e político-raciais para diferenciá-los, surgindo assim as identidades tútsi e hutu. Os tútsis (minorias) tiveram preferência junto ao governo belga. Após o início do processo de descolonização permaneceram no poder e continuaram a subjugar os hutus (maioria) até por volta dos anos 1960. Após a independência seguiram-se anos de conflitos étnicos, até que o clã Habyarimana, de identidade hutu, chega à presidência e se torna a esperança de dias melhores para a “etnia” hutu. Mas após o assassinato de Juvénal Habyarimana, o mais renomado líder hutu, o que se seguiu foi uma eclosão de ódio durante aproximadamente quinze semanas, durante as quais vários “ruandeses” da “etnia” tútsi foram feridos e assassinados a duras golpes de facões; estima-se que 75% dos tútsis de Ruanda foram mortos.

O presente artigo intenta analisar os fatores relativos às classificações atribuídas aos ruandeses, que contribuíram para este genocídio, através da pesquisa bibliográfica (relatos de sobreviventes, entrevistas escritas, artigos, dissertações e teses) nos campos de antropologia,

sociologia e economia. Apresentar-se-á o jogo de classificações (definições) que envolveram o evento do ponto de vista dos grupos de ruandeses relativamente à etnicidade, ao poder e à densidade demográfica, classificações essas arbitrárias, impostas aos ruandeses pelos colonizadores belgas. Analisar-se-ão também as classificações na ordem do discurso supranacional advindo da Organização das Nações Unidas (ONU) e dos Estados Unidos (EUA) como “conflito étnico”, “guerra tribal”, “massacre” e “atos de genocídio”, e por fim Genocídio de Ruanda.

### 1. As primeiras classificações dos ruandeses

*“... e Abel foi pastor de ovelhas, e Caim foi lavrador da terra.”*

*Moisés, Gênesis 4:2*

Ruanda (Rwanda), conhecida como a terra dos mil montes, é um pequeno país situado no centro do continente africano. Conhecido ainda por ser um território com cinco vulcões ativos e uma vasta vegetação nativa, que serve de habitat para uma das últimas espécies de gorilas, os gorilas das montanhas (*Gorilla beringei beringei*), Ruanda é hoje também sinônimo de um dos maiores genocídios da contemporaneidade, o Genocídio de Ruanda.

Cabe destacar que nem sempre as “etnias” atribuídas aos ruandeses estiveram em estado de beligerância; este é, diga-se de passagem, um fenômeno resultante da descolonização. Segundo Godelier (2010) tal concetualização de “etnia” que foi conferida aos ruandeses, conferiu também uma “identidade particular” (como uma “comunidade”) que transcenderia a relação societal de tribo (“sociedade”) independente de nascença ou adoção. Com respeito à definição de tribo, o autor define essa relação nos seguintes termos:

“[...] trata-se uma forma de sociedade que se constitui quando grupos de homens e de mulheres que se reconhecem como aparentados, de modo real ou fictício, por nascença ou aliança, se unem e são solidários para controlar um território e se apropriar dos recursos que exploram, em comum ou separadamente, estando dispostos a defendê-los com armas nas mãos e que, por fim, sempre se identificam por um nome próprio.” (GODELIER, 2010, p.13)

O espaço geográfico sem limites fronteiriços não se restringira apenas aos tútsis e hutus que se envolveram no genocídio. Os primeiros a habitarem na terra dos mil montes foram os batwas (ou twas), conhecidos pejorativamente como pigmeus, que chegam na atualidade a 1% da população de Ruanda (Fig. 1A). Os hutus vieram, segundo as lendas, do Sul e do Oeste, e os tútsis tiveram uma origem nilótica (vale do Nilo), migrando, pois, do Norte e do Leste da África. Com o tempo, as três etnias passaram a compartilhar o mesmo território, língua, religião, a casar-se entre si. Os twas, tútsis e hutus viviam misturados a ponto de não haver distinções territoriais e étnicas definidas (KLIEMAN, 2003; GOUREVITCH, 2000).



Fig. 1A. Os twas.

Fonte: Gakondo – Kinyarwanda, 2015. Disponível em: <[www.gakondo.com](http://www.gakondo.com)>.



Fig. 1B. Tútsi, hutu e twa, respectivamente.

Fonte: Rwanda Genocide, 2015. Disponível em: <<http://genocideofrwanda.tumblr.com/>>.

Os chefes dessas comunidades espalhadas nessa ampla região da África eram chamados de mwamis(guerreiros-reis),ora identificados com os tútsis, ora com os hutus. Como não havia diferenças étnicas, alguns desenvolveram a atividade agrícola; outros, a pecuária pastoril. Segundo as narrativas ancestrais, os criadores de animais e os agricultores chegaram a lutar ombro a ombro em muitas batalhas para defender esse território ancestral que hoje é ocupado em parte por Congo, Uganda, Tanzânia, Burundi e Ruanda, este último localizado no centro desses atuais países, conforme se observa na figura 2A (GOUREVITCH, 2000).

Pode-se inferir com base em Mamdani (1996) que a violência étnica nessa região teve início quando a Liga das Nações e os países envolvidos (França, Alemanha e Reino Unido) partilham a África para formar nacionalidades sob o regime colonial (Fig. 2B), ideia até então desconhecida para os tútsis, hutus e twas. Assim, os novos territórios separaram diversos grupos de pessoas e seus clãs, por isso hoje se encontram tútsis e hutus fora de Ruanda. Em virtude dessas classificações geográficas, surgiriam futuramente guerras internas e externas, nas quais a causa tútsi seria apoiada por Uganda, Ruanda e Burundi, e a causa hutu seria apoiada por Congo, Namíbia, Zimbábue, Angola e Chade. Tal guerra foi denominada de Primeira Guerra Mundial Africana (1998-2003)e resultou em mais de quatro milhões de mortos, tendo a maioria morrido de fome e doenças (CASTELLANO DA SILVA, 2012).



Fig. 2A. Localização de Ruanda, África Centro-oriental. Fonte: Gideões 24 h, 2015.



Fig. 2B. A partilha da África. Fonte: Mais História, 2014.

Até a chegada do primeiro branco, em 1858, essas “etnias” eram todas misturadas, a ponto de não se poder diferenciá-las. Os termos, designavam, antes da colonização alemã, relações sociais de trabalho: os hutus eram lavradores, e os tútsis eram pastores e criadores de animais, embora alguns hutus possuíssem vacas e alguns tútsis cultivassem o solo (GOUREVITCH, 2000; BRIGGS & BOOTH, 2006).

As relações sociais de trabalho ganharam, segundo Gourevitch (2000), um novo sentido quando o mwami Kigeri Rwabugiri (1865-1898), um tútsi, chegou ao trono ruandês, centralizou e expandiu militarmente seu território a quase as atuais fronteiras de Ruanda. Todavia, desde o genocídio, não se pode ter certeza sobre nada do ponto de vista científico relativamente ao passado de Ruanda, ainda mais sobre tempos imemoráveis mui distantes, trazido pela flexibilidade da tradição oral; até mesmo este parágrafo, embora fundamentado em textos, outrora poderia também ter sido usado para os mesmos propósitos daqueles que mataram tútsis durante o genocídio. Segundo ainda o mesmo autor, a história de Ruanda é perigosa, pois envolve uma relação de poder e subordinação como destaca o pensador político Mahmood Mamdani:

Que muito do que passava como fato histórico nos círculos acadêmicos tenha de ser considerado como meras hipóteses – se não pura ficção – está se tornando claro à medida que a sobriedade pós-genocídio obriga um crescente número de historiadores a levar a sério o uso político

que vinha sendo feito de seus escritos, e seus leitores a questionar a certeza com que muitas afirmações eram apresentadas.(GOUREVITCH, 2000, p. 59,apud MAMDANI, 1996).

Os ruandeses não conseguiam distinguir entre si as referidas “etnias”; ainda assim, quando os europeus chegaram, especificamente os alemães em 1897, instalando seus aparatos coloniais, optaram pelo que se denominou de colonialismo dual, ou seja, dominaram a localidade utilizando o grupo étnico tútsis como trabalhadores na administração pública. Tal escolha dos tútsis fora fundamentada em uma explicação arbitrária, advinda de um mito “científico” do final do século XIX, criado pelos primeiros exploradores da África, segundo o qual os tútsis eram descendentes de uma imponente “raça” “de reis guerreiros, cercada por rebanhos de gado de longos chifres e [os hutus] de uma “raça” subordinada de camponeses pequenos e escuros que viviam desencavando tubérculos e colhendo bananas(GOUREVITCH, 2000, p. 61).

Tal classificação primária foi denominada de hipótese hamítica, proposta em 1863 por John Hanning Speke , segundo a qual os tútsis seriam descendentes de uma tribo caucasóide de origem etíope de linhagem “hebreia” ; especificamente descenderiam de Salomão, filho do rei Davi, com a rainha de Sabá (Etiópia), cujo filho teria gerado uma “raça superior” aos negróides nativos wahutus (ou hutus), que para ele apresentavam feiura física, tinham cabelos encaracolados, nariz flácido, boca beíçuda e baixa estatura, e eram fortes para trabalhos braçais, ou seja, uma “subespécie” que não evoluiu. Os tútsis, para Speke, eram de “faces finas e ovais, grandes olhos, narizes afinados, revelando o melhor sangue da Abissínia” (Etiópia); essas características compreendiam muitas tribos, incluindo os watusis (outútsis)(GOUREVITCH, 2000).

Cabe destacar que os ruandeses, após a colonização alemã, especificamente em virtude dos mitos construídos, passaram a compreender o mundo em que viviam de uma outra forma; as diferenças antes relacionadas apenas ao trabalho agora explicavam sua condição de poder ou de subordinação. A ideia de submissão da etnia hutu fora criada pelos alemães, que colocaram os tútsis em postos de comando, de modo que os mesmos puderam acumular mais bens e, ampliando conseqüentemente a hegemonia sobre os hutus, ignoraram completamente os twas, que muitas vezes se confundiam com os hutus(DES FORGES, 1995; APPIAH, 1997).

Embora os ruandeses pudessem ser considerados aparentemente diferentes, derivados ou não, desses três grupos africanos, os alemães desfizeram colonialmente a ideia original de unidade populacional que existia e que estava baseada nas relações comunitárias, exaltando e fabricando outras diferenças em relação ao tom da pele, olhos, narizes e altura para poder justificar a criação das “etnias” Tútsis e Hutus.

As divisões de um povo em “etnias” apresentam muitas vezes critérios absurdos e ilógicos e apresentam externalidades que culminam em conflitos. Rancière (1996), ao exemplificar a divisão da população da Bósnia-Herzegovina em três “etnias” (croata, sérvia e muçumana), comparou a categoria de “etnia” e suas conseqüências como “ossuários da purificação étnica”, pois tais “identidades étnicas” fabricadas, trariam a posteriori muitas mortes, principalmente para a “etnia” muçumana (por ser identificada com o oriente e não com a localidade). No caso de Ruanda trouxe mortes para ambos os lados do conflito étnico desde a independência em 1962.

Tais ideias de classificação étnicas encontram suas raízes nos termos gregos “demos” e “ethnos”, o que já indicam que os helenos já classificavam os “seus” dos “outros”. Dessa forma “demo” teve a finalidade de criar um “povo”, i.e. “[...] um povo inventado com o propósito de revogar ao mesmo tempo o “velho” poder do nascimento e o que se oferece com toda a naturalidade a sucedê-lo”. De maneira análoga ao modus operandis belga, as classificações em “etnia” tentou revogar a ideia oposta ao demos, o conceito de ethnos. O ethnos ao longo da história vem prevalecendo em reposta à lógica

das classificações, pois o ethnos supostamente apresenta um “povo unido por laços de sangue e pela lei dos ancestrais, ainda que míticos.” Independente das classificações alemães, o ethnos permaneceu (RANCIERE, 1996).

Ao final da Primeira Guerra Mundial, a Liga das Nações, como espólio, transferiu Ruanda para a Bélgica. A partir desse episódio, os ruandeses passariam a ser classificados mais uma vez pelos cientistas, só que agora como uma forma de demonstração do poder belga sobre o espaço de Ruanda e a natureza das pessoas (SAID, 1995).

## 2. As classificações belgas

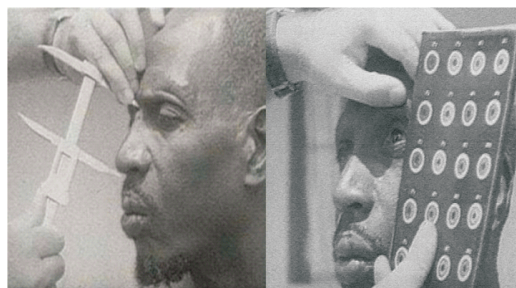
Durante a Primeira Guerra Mundial, os alemães invadiram a Bélgica, e os belgas retaliaram na África tal ofensiva, movendo suas tropas para o leste, tomando os territórios de Ruanda e Burundi. Em 1924, após a guerra, a Liga das Nações garantiu aos belgas a posse do território de Ruanda.

Os belgas, ao tomarem “posse” de Ruanda, utilizaram de “métodos científicos” para estereotipar e aumentar ainda mais as diferenças criadas pelas classificações impostas aos alemães; nessa perspectiva os cientistas belgas trouxeram balanças, fitas métricas e compassos para medir a “capacidade craniana” e a “protuberância” relativa aos narizes para constituir seu “índice nasal”. Os belgas concluíram arbitrariamente (assim como os alemães) que os tútsis eram nobres e naturalmente aristocratas, diferentemente dos rústicos e brutos hutus. Gourevitch (2000) explica que, segundo os antropólogos belgas, o “índice nasal” tútsi era dois milímetros e meio mais longo e quase cinco milímetros mais fino em comparação ao “nariz médio hutu” (Fig. 3A e 3B).

A partir da colonização belga, iniciada nos anos 20 do século XX, a arbitrariedade da classificação étnica alemã ganhou status científico, com a criação oficial das etnias tútsi e hutu, reforçadas com aparatos educativos e apresentadas como identidades étnicas opostas. Iniciou-se a substituição milenar existente (uma língua, uma religião, uma lei) pelo que foi denominado de processo de civilização de Ruanda (língua francesa, diversidade missionária cristã, mas com predominância católica, leis civis privilegiando tútsis); eram agora representados burocraticamente pela carteira de identidade, onde se assinalava a etnia, sendo os tútsis superiores e nobres em relação aos hutus (WAAL, 1994).



**Fig. 3A.** Classificações belgas, capacidade craniana.  
1. “Hutu”; 2. “Tútsi”.  
Fonte: The Apricity Home, 2015.



**Fig. 3B.** Índice nasal e ocular. Craniometria belga.  
Fonte: The Armenian Tale, 2015. Disponível em:  
<<http://www.tallarmeniantale.com/rwanda.htm>>.  
Acesso em: 12 ago 2015.

A administração de Ruanda e Burundi nesse período foi deixada nas mãos da agora recém-criada aristocracia tútsi (pastores), governando os hutus (agricultores), que foram sujeitos aos trabalhos forçados, praticamente ao trabalho escravo, gerando dessa forma nos hutus o desejo de se tornar um tútsi. Muitos hutus se diziam tútsis; havia casamentos entre tútsis e hutus; os próprios critérios belgas de separação pareciam ter-se perdido com o passar do tempo, de forma que nem os



colonos conseguiam novamente ver a separação entre a população ruandesa. Porém os belgas “inovaram” mais uma vez, ao transformar as ocupações em diferenciação social: a identidade racial (APPIAH, 1997; TOUZÉ-SCHIMITZ, 2014).

Para solucionar esse impasse de dominação, em 1933 foram criadas as carteiras de identidade racial, aumentando mais a diferença e estereotipando os ruandeses, que se autodefiniram como hutus (85%) ou tútsis (14%). Para Klieman (2003), o 1% que falta refere-se à minoria denominada de twas (ou batwas), chamados de pigmeus, “recém-surgidos” graças às “ciências das raças”, que estava em moda Europa. Recentemente, pesquisadores belgas encontraram nos arquivos desses antropólogos, especificamente Romain Baertsoen, que em 1966 teria filmado próximo às montanhas Virunga, uma quarta “etnia” denominada de bahima, que teria desaparecido após os primeiros conflitos civis entre tútsis e hutus, como o massacre de tútsis de 1963, e fora confundida com os tútsis no Genocídio de 1994.

O aparecimento das carteiras raciais como registro oficial ruandês (Fig. 4A e 4B) tornou difícil a mudança da “etnicidade”. Tais categorias impostas burocraticamente tiveram efeitos rígidos permanentes, dentre os quais a elite tútsi dominar e oprimir os hutus e twas. Tal dominação foi tão exacerbada, que os belgas passaram a referir as “diferenças raciais” como “castas” (HATZFELD, 2014; PAULA, 2014).

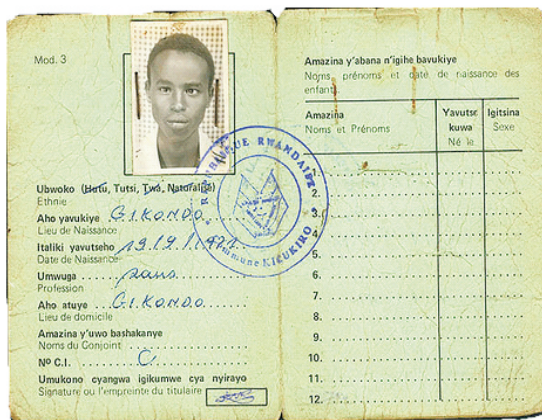


Fig. 4A. Carteira de identidade tútsi.

Fonte: Kigali National Genocide Archive and Library, 2015.

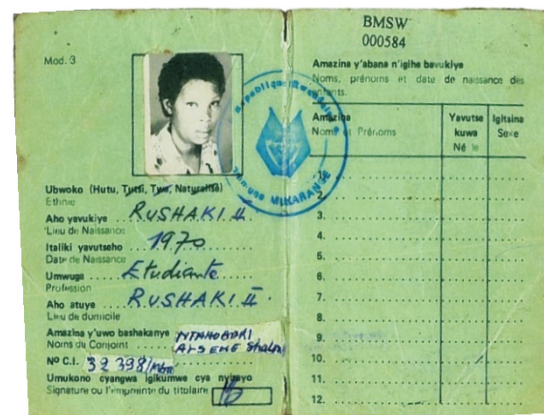


Fig. 4B. Carteira de identidade hutu. Fotografia de Brian Andersen.

Fonte: Metrocorp, 2015.

A carteira de identidade que acentuava a diferença étnica preparou o cenário para as violências que teriam lugar em Ruanda (em épocas anteriores, nunca houvera violência racial); motivou também a ideia para a independência de Ruanda, que começava a tomar forma por volta de 1950 (DIAMOND, 2010, GOUREVITCH, 2000).

Em 1957 foi publicado o Manifesto Hutu, indicando seus apoiantes para um futuro conflito étnico, que ocorreria em 1959, quando ativistas tútsis agrediram o líder hutu Dominique Mbonyumutwa, gerando a primeira campanha hutus contra tútsis, denominada de “O vento da destruição”, que culminou no fim da monarquia tútsi (conforme retratado nas figuras 5ª e 5B). Em 1960, um dos autores do Manifesto Hutu, Grégoire Kayibanda, liderou o governo provisório com apoio belga que culminou na proclamação da independência de Ruanda (PAULA, 2014, p. 43).



**Fig. 5A.** Rei Bauduíno (Bélgica) encontra Mwami Mutara III (Monarquia de Ruanda).

**Fonte:** Images of Rwanda Forgotten, 2015.



**Fig. 5B.** Mwami Mutara III com padres missionários belgas, 1949 (Monarquia de Ruanda).

**Fonte:** Images of Rwanda Forgotten, 2015.

O sistema de educação introduzido pelos hutus junto ao governo de transição (com apoio belga) teve um papel muito importante; era ensinado às crianças que parte da população eram “demônios” (tútsis); o ódio era fomentado cada vez mais em relação aos tútsis, que ainda gozavam de alto status social. Aos hutus era ensinado por seus professores que toda a situação ruim e miséria de Ruanda se explicava porque os tútsis estiveram no poder e queriam retornar ao governo. Tais ideias fervilhavam na ideologia de violência iminente e fomentavam um ambiente de medo e insegurança. A partir de 1959, quando ocorreram as primeiras matanças de natureza étnica, vários tútsis fugiram para os países que defendiam sua causa étnica (Burundi e Uganda). Nos anos que se seguiram, os hutus ocuparam o poder executivo, e o espírito de revanchismo continuou. Os tútsis refugiados em Uganda e Burundi formaram a Frente Patriótica Ruandesa (FPR) (PAULA, 2014; GOUREVITCH, 2000).

O governo de Ruanda começou a acusar todos os tútsis de inimigos do povo hutu e de conspirarem junto com a FPR um suposto ataque e, com ajuda dos meios de comunicação, principalmente das estações de rádio, passaram a intensificar o ódio contra os tútsis, um ódio étnico que se iniciara décadas antes, na sala de aula, onde as carteiras de identidade serviram no ano de 1994 de facilitador na hora de matar um ruandês, pois o olho nu era muito difícil diferenciar os ruandeses por suas “etnias”. Cabe destacar que nesse período ser tutsi representava um “status social” elevado e que podia ser facilmente comprado ou adquirido pelo valor equivalente a dez vacas; os que não foram doutrinados em escolas hutus adquiriam a tão desejada carteira de identidade tutsi, tornando-se, de fato e de direito, um membro da elite tutsi, mas sendo em 1994 considerados traidores da “causa hutu” (RUSESABAGINA, 2014; PAULA, 2014).

Após a independência de Ruanda em 1962, ocorreu a tomada do poder pela maioria hutu. Nesse mesmo ano, o novo governo de transição sofreu um golpe de Estado, tendo como líder o hutu Juvénal Habyarimana, que acabara tornando-se presidente eleito em 1978. Habyarimana intensificara as políticas de revanchismo antitútsis na década de 1980, mas no ano de 1993 aceitou um governo de coalisão com os tútsis, visando ao crescimento do país. Em 06 de abril de 1994, o presidente Habyarimana foi assassinado mediante o abatimento de seu avião por um míssil na capital, Kigali; este episódio foi o estopim do Genocídio de Ruanda (APPIAH, 1997).

### 3. O Genocídio de Ruanda de 1994

*“Então como devemos classificar essas atrocidades, se não for pelos números absolutos e pela proporção? Algumas comparações são claras. O Genocídio de Ruanda foi pior que o 11 de Setembro, e o 11 de Setembro foi pior que o massacre de Columbine, e Columbine foi pior que uma pessoa*

*morta num acidente provocado por um motorista bêbado.”*

ELLENBERG (2015,p. 19)

O Genocídio de Ruanda começou a ganhar maior notoriedade no mundo após a exibição do filme *Hotel Ruanda*, que conta a história do gerente do hotel Des Milles Collines, Paul Rusesabagina, que conseguiu salvar 1.200 pessoas, de maioria tútsi, das matanças iniciadas em 06 de abril de 1994. Tanto o filme quanto artigos, livros e testemunhos veiculados pelas redes sociais deixam claros que as arbitrariedades nas classificações realizadas pelos belgas levaram a longo prazo ao genocídio. O sangue derramado ao longo de cem dias foi um planejamento estratégico e meticulosamente elaborado pelos extremistas hutus (PAULA, 2014, p. 70; DIAMOND, 2010).

Relembrando que os colonizadores, através de suas explicações fundamentadas em narrativas míticas de Speke (1863), diziam que os tútsis eram originários dos povos judeus exilados que migraram para Ruanda, embora não exista relação alguma com os atuais israelitas, parece que tal comparação predizia que um novo holocausto teria lugar na “contemporaneidade”. O único aspecto que se pode comparar com os judeus são não as maneiras de ser ou a semelhança de narrativa mítica, mas a disseminação do ódio mediante o antissemitismo na Europa que antecederam o genocídio judeu, assim como ocorreu em Ruanda mediante o ódio estereotipado aos tútsis antes do genocídio no país (HATZFELD, 2014; PRUNIER, 2005).

A evidência de um planejamento meticuloso se denota poucos minutos após o abate do avião: vários hutus, posicionados estrategicamente, iniciaram a matança no dia e hora preestabelecidos. As casas dos tútsis e hutus moderados já estavam previamente marcadas; listas contendo os nomes de tútsis, bem como seus respectivos endereços, já estavam nas mãos dos interahamwes, que foram treinados pelo exército ruandês no âmbito local e por militares franceses para este momento. Rompiu-se assim o acordo de paz de Arusha, assinado entre tútsis e hutus. A primeira-ministra hutu e toda a sua família foram assassinadas, bem como outros membros hutus não extremistas todos os tútsis ligados ao governo. Os extremistas tomaram o governo e a rádio, principal meio de comunicação em massa em Ruanda; por esse canal eram passadas as orientações, códigos e comandos para que as *inyenzi* (baratas) e “árvores altas” fossem cortadas. Nem as estátuas votivas de terracota encontradas nas sacristias das igrejas foram poupadas, sendo metodicamente decapitadas por serem classificadas pelos hutus como obras de tútsis (DIAMOND, 2010; GOUREVITCH, 2000, p. 39; PAULA, 2014, p. 70).

A mídia internacional, conforme destaca Sanchez (2014), classificou o episódio como um “conflito tribal” com “raízes de ódio”, despolitizando os assassinatos como acontecimentos que não poderiam ser evitados. No dia 12 de abril de 1994, o Ministro da Defesa de Ruanda pediu a oficialização da eliminação de todos os tútsis. As chacinas começaram a ocorrer primeiro com armas de fogo feitas pelos militares; em seguida a população hutu civil usou métodos low-tech como facões e foices; porretes chamados de *masu* foram usados subsequentemente, com a convocação via rádio de todos os hutus para “fazerem seu trabalho”, ou seja, fazer os tútsis sofrerem demasiadamente antes de morrerem (GOUREVITCH, 2000; ILIBAGIZA, 2010).

Diamond (2010) detalha que as “matanças envolviam muita selvageria, incluindo amputações de braços e pernas das vítimas, amputação de seios das mulheres, atirar crianças em poços e estupro generalizado”. Os pigmeus *twas* eram utilizados para estuprarem as mulheres tútsis com a finalidade de acrescentarem uma humilhação sarcástica, para se vingarem de um passado em que os reis tútsis os utilizavam como serviços do governo real, como um tipo de “bobos da corte”, ou “os condenavam à morte” por pura diversão (DIAMOND, 2010; GOUREVITCH, 2000).

A comunidade internacional fechou os olhos para os acontecimentos em Ruanda. Paul Rusesabagina (inspirador do filme *Hotel Ruanda*), em suas conferências, explica que Ruanda não

possuía nenhum recurso mineral, vivendo da exportação de folhas de fumo e chá, não sendo sequer zona de influência. A França enviou uma força de paz, que se aliou aos hutus; a ONU tinha uma pequena força de paz, que recebeu ordem de recuar e deixar os tútsis desprotegidos; a Bélgica retirou seus cidadãos e mais tarde seus militares também, após a morte de dez soldados belgas, que somavam a força de paz da ONU e tinham a missão de proteger a primeira-ministra hutu. Essa omissão internacional fez com que o número de 800 mil mortos fosse alcançado nas seis primeiras semanas, e poderia ter sido pior, se não fosse a insistência do general canadense Roméo Dallaire em desobedecer às ordens da ONU de recuar e em ficar com um número de 260 soldados para percorrer todo o território de Ruanda na tentativa de proteger os tútsis (SANCHEZ, 2014; PAULA, 2014; HATZFELD, 2014).

O governo francês e o norte-americano classificavam a situação em Ruanda como “caos”, “situação de conflito” e faziam eco a “conflito tribal”, assinalado pela ONU, ou seja, tratavam como se fosse apenas mais um conflito normal, aceitável e comum no território africano; ignoravam provas da meticulosa orquestração feita pelo governo de Ruanda, preferindo não se intrometer e ignorando o pedido de reforço de Roméo Dallaire (DIAMOND, 2010; POWER, 2004).

Tais classificações ecoam de um modelo eurocentrista (modernista, liberal ou esquerda) de sociedade colonial, segundo Mamdani (1996b) classificavam os africanos como “crianças da humanidade” como uma “raça” em processo de evolução e que na perspectiva colonial precisava ser criada uma nova Europa na África separando o espaço urbano e as fazendas dos “branco europeu” dos africanos que seriam nessa classificação “bárbaros”, “rústicos” e “raça inferior” cujas ações, caos e conflitos denotavam as categorias de “tribais” e “nativos” sob o aspecto do dualismo racial e que os africanos só praticavam atos de selvageria por serem uma raça em processo de evolução (MAMDANI, 1996b, p.3-7).

Por outro lado, a identificação de “tribal” por parte dos africanos, segundo Mandani (1996b), foi um dilema porque as populações africanas eram multiétnicas ou multireligiosas, e a etnicidade foi considerada um problema no meio onde a religião predominava, chegando a formar dois tipos de tribalismos : a) poder tribal organizado; b) ofensiva tribal de revolta. Cabe salientar que a identidade étnica seria um ponto de intersecção entre ambos “tribalismos” sendo o modelo ofensivo tribal de revolta o que predominou em Ruanda, onde as revoltas hutus a partir dos anos 50 e 60 do século XX foram raízes de ódio que resultariam no futuro na própria fragmentação ou autodestruição (Mamdani, 1996b, p.24).

No dia 30 de abril, a ONU mudou a classificação eurocêntrica de “conflito tribal” para “massacre” e condenou tais atos covardes, mas se negou a usar o termo “genocídio” na resolução. A classificação de “massacre”, segundo Kenz (2005) quando se usa tal termo “[...] reduz o porte do ato de eliminação a uma dimensão mais circunscrita”, ou seja, “uma simples “morte coletiva” cujo aparato o enquadra a um crime inferior” ao “genocídio”. Nessa perspectiva, ao usar classificação dos assassinatos como “massacre” desobrigaria as nações signatárias da “Convenção sobre genocídio das Nações Unidas” a intervir em Ruanda (KENZ, 2005, p.11).

O termo genocídio denota a destruição de uma nação ou de um grupo étnico. O termo foi criado pelo advogado polonês Raphael Lemkin em 1944 em uma representação, cujo teor foi usado para a prevenção e a repressão do crime de genocídio das Nações Unidas. Para ser um genocídio os atos cometidos em Ruanda precisavam ser reconhecidos oficialmente, e a ONU relutava em fazê-lo. Para ser declarado um genocídio as ações de morte coletiva, segundo a convenção, deveriam intentar:

“[...]destruir, todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso como tal: matar membros de um grupo; causar sérios danos mentais e corporais aos membros de um grupo; deliberadamente infligir sobre um grupo condições de existência que contribua a destruição física total

ou parcial; medidas que visam a prevenção de nascimentos de pessoas dentro de um grupo; transferir a força crianças de um grupo a outro” (KENZ, 2005, p.11 apud Art.II, United Nation Genocide Convention, 1946).

Mais de vinte e quatro dias se passaram quando, no dia 24 de maio, a Comissão de Direitos Humanos da ONU designou um enviado para avaliar a existência de genocídio. Em nova resolução, o Conselho de Segurança da ONU admitiu que foram cometidos “atos de genocídio” em Ruanda, autorizando, no dia 15 de junho, países a fazerem operações humanitárias em Ruanda por três meses. Em 28 de junho, cerca de oitenta e cinco dias depois de iniciadas as matanças de tútsis, o enviado da ONU confirmou que se poderia usar a palavra “genocídio” para o que ocorreu em Ruanda em 1994, mas era tarde demais: já se dizimaram 1.074.017 ruandeses, conforme se observa nas figuras 6A e 6B (PAULA, 2014; RUSESABAGINA, 2014).



**Fig. 6A.** Tútsis mortos no dia 19 de abril de 1994 no genocídio de Ruanda. Foto de Corinne Dufka/Reuters.  
**Fonte:** The Baltimore Sun. *In memoriam: 20 years since the Rwandan Genocide*, 2004.



**Fig. 6B.** Ossos e crânios de decapitações e esquartejamentos de tútsis. Igreja católica de Ntarama (museu). Foto de Chip Somodevilla/Getty Images.  
**Fonte:** The Baltimore Sun. *In memoriam: 20 years since the Rwandan Genocide*, 2004.

Como se pode observar, houve uma relutância por parte da comunidade internacional em usar o termo “genocídio”, principalmente por parte da ONU, e novamente os países hegemônicos demonstraram suas criativas classificações para o fenômeno sangrento que acontecia na terra das mil montanhas, pois caso fosse usado o termo genocídio seriam obrigados a intervir por força de tratados internacionais dos quais os países ricos (“desenvolvidos”), em especial os Estados Unidos, são signatários. Tais criatividades terminológicas e arbitrariedades classificatórias para se referir ao Genocídio de Ruanda ocupam neste texto espaço, junto à “criação” das fronteiras dos países africanos e à classificação “étnica” em Ruanda, como as mais arbitrárias caracterizações dos últimos anos. Cabe ainda destacar que os belgas foram os principais culpados, pois de certa forma utilizaram e aperfeiçoaram os métodos de classificação racial semelhantes aos utilizados pelos alemães e durante o período nazista para estereotipar e hostilizar os judeus durante a II Guerra Europeia (ou Mundial) (SANCHEZ, 2014; PRUNIER, 2005; DES FORGES, 1995).

Hatzfeld (2014) descreve esse período sangrento em Ruanda como uma temporada de facções, com uma rotina estabelecida pelo governo durante os cem dias de massacre: a maioria hutu saía de suas casas às 9 horas e 30 minutos em buscas de tútsis na vizinhança ou em meio à família ou a parentes, ou à congregação religiosa, nos quais passaram a ver inimigos perigosos; os hutus vasculhavam ainda dentro das casas e regiões pantanosas em busca de tútsis vivos. Retornavam para suas casas por volta das 16 horas, após um longo dia de “trabalho” decapitando ou esquartejando tútsis e hutus moderados. O fim do dia era acompanhado de um momento de happy hour, durante o qual bebiam cervejas (destilados de banana) e se divertiam com os demais extremistas hutus do

Interahamwe; de praxe se ouvia que “matar era menos cansativo do que plantar”.

Em entrevista a um periódico popular, o ex-gerente do hotel Des Milles Collines (“Hotel Ruanda”), Paul Rusesabagina, aponta que:

O pior erro que a ONU cometeu foi nos manter confiantes de que eles estavam lá, que iriam nos ajudar e que impediriam os assassinatos em massa. Por conta disso, muitas pessoas que saíram do país com medo do massacre acabaram voltando. Mas, quando dez soldados belgas foram mortos no primeiro dia do genocídio, retiraram as tropas de paz de lá. Com isso, milhares de pessoas que se amontoaram em igrejas e escolas sob a proteção da ONU foram abandonadas à própria sorte. Aliás, nesses casos, a ONU até facilitou o trabalho dos assassinos, concentrando milhares de vítimas no mesmo local (PACHECO& REZENDE, 2012).

Como já mencionado anteriormente, o Genocídio de Ruanda fez com que milhares de tútsis no começo migrassem para os países que apoiavam a causa étnica tútsi. Com a tomada de Ruanda pelas tropas da FPR, os tútsis voltaram a Ruanda, tomando um poder e instaurando um clima de revanchismo. Desta vez, a maioria hutu iniciou uma retirada para países que apoiam a causa hutu, em especial a República Democrática do Congo. Tais idas e vindas, com apoio de países vizinhos de onde tanto tútsis como hutus também faziam parte, eclodiriam quatro anos depois no que os historiadores viriam a chamar de I Guerra Mundial Africana (1998-2003). Mesmo depois desta guerra, a ideia de reconstrução de Ruanda permaneceu no discurso; ainda que a ONU tenha criado na Tanzânia um Tribunal Penal Internacional para Ruanda (TPIR), os refugiados hutus são assassinados há dez anos, como no massacre de Kibeho, em que mais de 300 hutus (mulheres, crianças e idosos) foram mortos em campos de refugiados (RUSESABAGINA, 2014; NOLLI& ARMADA, 2013).

Paul Rusesabagina (2014) salienta que hoje se observa “um lado vencedor, os tútsis, e um lado que foi subjugado, os hutus, e criou-se uma situação de vingança que é um desastre total”, o que deixa Ruanda longe de justiça e direitos iguais. Todos os dias o povo de Ruanda teme um novo ataque, um novo genocídio, caso os mesmos países e a ONU não reajam acerca da violência que, mais de duas décadas depois do genocídio, ainda se instaura e ronda no cotidiano ruandês. Ainda segundo Rusesabagina, “[...]Se o governo não mudar suas políticas, se nada for feito para que haja justiça em Ruanda e se os líderes do genocídio não forem punidos, outro massacre acontecerá.”

Atualmente, algumas medidas cosméticas foram adotadas para sanar tal animosidade, mas há um longo caminho em busca da reconciliação. Uma das primeiras medidas tomadas em Ruanda foi o fim da identidade étnica formal, ou seja, o fim da indicação da etnia nos documentos de identidade; todos agora são ruandeses, e não mais hutus ou tútsis. Também foi instituída a Umuganda (trabalho comunitário, mutirão), para formar o sentimento de relação comunitária: todos os ruandeses são convocados, uma vez ao mês, a limpar a cidade e as praças, a construir pontes e estradas, e a reconstruir as casas destruídas nos conflitos étnicos. Acrescentaram-se às medidas os tribunais comunitários, denominados de Gaçaça, para que as pessoas dissessem a verdade e para proporcionar o tempo e o espaço para dialogar (TOUZÉ-SCHMITZ, 2014; ZOCCHI, 2012).

O “novo” governo de Ruanda é conduzido pela FPR (no poder desde o massacre) que em conjunto com entidades internacionais vem trabalhando a reconstrução de Ruanda na tentativa de reduzir as diferenças sociais e étnicas resultantes de décadas de ódio entre os ruandeses. Boa parte dos recursos financeiros atuais de Ruanda advém de doações do estrangeiro para a reconstrução do país ante a comoção criada pela veiculação de filmes que retratam o episódio de 1994, em destaque o já mencionado Hotel Rwanda (Hotel Ruanda) lançado em 2004 (dez anos após o genocídio); Ghosts of Rwanda (Fantasmas de Ruanda), documentário americano produzido também em 2004; Shooting Dogs (Tiros em Ruanda), produzido por Reino Unido e Alemanha em 2005; Sometimes in April (Abril

Sangrento), produção americana de 2005; Un Dimanche à Kigali (Tensão em Ruanda), produzido pelo Canadá em 2006; Shake Hands with the Devil (História de um massacre), de 2007, entre outros títulos ainda desconhecidos no Brasil.

Em 2017 está marcada a nova eleição presidencial, para a qual o Partido Verde quer indicar um candidato, oferecendo nova alternativa frente ao atual, Paul Kagame, que liderou as tropas da FPR e da presidência de Ruanda desde o genocídio de 1994.

Cabe ainda mencionar neste artigo que as diferenças étnicas criadas no coração da África foram os catalisadores, mas que no fundo existem outros fatores que, somados às classificações arbitrárias ao longo de décadas, foram esquecidos pela mídia e por boa parte dos pesquisadores, como: mudança climática regional, desmatamentos, erosões de áreas de plantios, extensas áreas cultiváveis, crescimento populacional e falta de alimento. Nesse sentido, invocando uma argumentação malthusiana, Diamond (2010) explica que os motivos que levaram às matanças no interior de Ruanda foram diferentes das causas étnicas iniciadas na capital, Kigali. Toda a terra fértil de solo de origem vulcânica possuía dono ou pertencia a algum hutu. As novas gerações de hutus não possuíam solos férteis para produzirem seus próprios alimentos, como ocorrido na província de Kanama, onde em 1988 havia 572 pessoas por quilômetro quadrado, número que subiu para 788 em 1993 (um ano antes do genocídio). As fazendas no país, que em média tinham 0,36 hectares, foram reduzidas a 0,28 hectares em 1993. A terra toda na localidade estava ocupada, e os jovens encontraram dificuldade para se casar, sair de casa e adquirir uma fazenda (indicador de independência e aptidão para formar um lar). Após o genocídio, em entrevistas com muitos matadores, descobriu-se que em províncias interiores a causa principal foi que a morte dos proprietários ou fazendeiros, sob o pretexto “étnico”, tornou-se uma boa desculpa para se apossar de terras por parte daqueles que não tinham nada, o que já acontecia antes do genocídio de 1994, tendo sido praticados mais de 226 conflitos pelos “ladrões famintos”. Em Kanama, a pobreza extrema foi uma desculpa para o genocídio; segundo o censo local, só havia um tútsi (uma idosa), e mesmo assim 5% da província foi dizimada sob a desculpa de serem “tútsis” ou “hutus moderados”, mas no fundo a finalidade era redistribuir as terras e seus bens para novos proprietários. Gérard Prunier, sobrevivente citado por Diamond (2010), explica: “aqueles cujos os filhos (sic) tinham de ir descalços para a escola mataram aqueles que podiam comprar sapatos para os seus”. O autor ainda destaca que “as matanças em larga escala de hutus por hutus em Kanama demonstraram um resultado similar mesmo quando todos pertenciam a um mesmo grupo étnico”. Segundo Prunier (2005), “foi a sensação de que havia gente demais em pouca terra, e que, com uma redução neste número, sobraria mais para os sobreviventes”. Tal explicação não tira a responsabilidade dos perpetradores do genocídio, mas é uma externalidade da gestão governamental, do processo educacional, resultante do modus operandi idealizado e produzido pelos belgas e alemães, que poderia ser acrescida historicamente como externalidade da lógica das classificações arbitrárias de um colonialismo não restrito ao território, mas sobre o espírito das pessoas (DIAMOND, 2010, p. 394; PRUNIER, 2005).

#### 4. Considerações finais

A história da Humanidade está cheia de exemplos de classificações de pessoas em “etnias”, todas arbitrárias. Mesmo com pretensão de serem “científicas”, continuam sendo arbitrárias, pois tais classificações muitas vezes carregam preconceitos e ideologias, quase sempre de forma maniqueísta ou bipolar, como ocorreu na África, dividindo tribos e clãs e suas diversas relações sociais, em territórios coloniais europeus submetidos sem sentido ou valor algum para os ruandeses. Como destaca Rancière (1996): “Pois todo absurdo torna-se racional quando esquecemos que primeira

palavra da razão política é o reconhecimento da contingência da ordem política”.

O caso africano mais emblemático foi o de Ruanda, dividida etnicamente em tútsis (elite) e hutus (massa), os quais em tempos imemoráveis, segundo as narrativas míticas, formavam um só povo, com diversas “tribos”, que possuíam relação comunitária na qual partilhavam o mesmo território, a mesma língua, a mesma religião, dentre outras relações de afinidade. Os termos tútsi e hutu na antiguidade representavam relações sociais de trabalho voltadas para campo (uso da terra como plantio e criação de animais). Os alemães de início e posteriormente os belgas entenderam as diferenças de trabalho como diferenças de classes sociais e, com critérios “científicos”, reclassificaram os ruandeses, passando a criar as diferenças “étnicas” como uma identidade, não permitindo mudança de etnicidade, e posteriormente, com cunho político, como castas, opondo tútsis a hutus.

Os belgas nunca assumiram na totalidade o governo de Ruanda; utilizavam a “etnia” tútsi nos cargos públicos. Os tútsis, sob o regime monárquico, governaram por décadas com mão de ferro a maioria hutu, utilizando as diferenças étnicas criadas pelos belgas. Quando os belgas saíram de Ruanda, deixaram no governo os hutus, que viram a oportunidade de retribuir a opressão causada outrora pela “etnia” tútsi, o que veio a ocorrer nas décadas que seguiram os anos 60 e na forma de um genocídio em 1994.

As classificações envolvidas no genocídio não se restringiram apenas ao ponto de vista belga. Os hutus, mediante o processo educacional em Ruanda e o uso dos meios de comunicação em massa, disseminavam o ódio racial, criando estereótipos em cima das classificações belgas, como, por exemplo, acerca da altura dos tútsis (“árvores altas”) e do tom de pele claro (“baratas”). ONU, Estados Unidos, França e Alemanha, evitaram ao longo do período de cem dias utilizar o termo genocídio. Demonstraram de maneira formal sua criatividade em classificar as mortes como naturais de uma “guerra tribal”, “conflito étnico”, massacre, atos de genocídio. Só por fim, quando a Frente Patriótica Ruandesa – FPR, vinda em socorro aos tútsis, controlou o genocídio, tomando as principais cidades de Ruanda, a ONU deliberou acerca da entrada de seus representantes, que a posteriori confirmam que o ocorrido em Ruanda se classificaria como genocídio, havendo-se chegado oficialmente ao total de 1.074.017 ruandeses mortos, mais de 800.000 destes, tútsis (HATZFELD, 2014; NOLLI & ARMADA, 2013).

O referido evento histórico demonstra uma lógica de classificações de pessoas, lugares e fatos sem pensar nos possíveis efeitos para as gerações futuras pode ser considerada como categorias sangrentas em longo prazo. Assim como a narrativa bíblica de Caim (agricultor) e Abel (pastor), irmãos que terminam uma relação familiar no assassinato do Abel por seu irmão Caim, que após esse homicídio ficou errante pelo mundo, de forma análoga os hutus mataram seus irmãos tútsis, em lutas fratricidas, culminando no genocídio de 1994. Os hutus que participaram dos assassinatos, agora denominados de genocidaires pelo Tribunal Criminal Internacional para Ruanda, refugiam-se entre as montanhas do Congo e Ruanda, aliando-se em milícias, com medo do revanchismo tútsi, que já matou mais de 300.000 hutus em campos de refugiados sob o silêncio vergonhoso dos mesmos países ausentes durante o genocídio, o que demonstra que, mesmo com as mudanças burocráticas, o genocídio de 1994 ainda é uma lembrança recente e dolorosa na mente e no inconsciente coletivo do povo ruandês, onde a intolerância e ódio foram interrompidos temporariamente, mas que pode eclodir em mais assassinatos pois a matança nunca parou.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. APPIAH, Kwame Anthony. Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1997.



2. BORGES, Jorge Luis, GUERRERO, Margarita. O livro dos seres imaginários. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1981, p. 183.
3. BRIGGS, Philip; BOOTH, Janice. Rwanda. 1.ed. Kigali: Bradt, 2006.
4. CASTELLANO DA SILVA, Igor. Congo, a guerra mundial africana: conflitos armados, construção do estado e alternativas para a paz. Porto Alegre: Leitura XXI/Cebrafrica/UFRGS, 2012.
5. DES FORGES, Alison. The Ideology of Genocide. Issue: A Journal of Opinion, vol. 23, nº 2, Rwanda, 1995. pp. 44-47.
6. DIAMOND, Jared. Malthus na África: o genocídio em Ruanda. In: \_\_\_\_\_. Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso. 8.ed. Editora Rio de Janeiro: Record, 2010. p. 377-396.
7. ELLENBERG, Jordan. O poder do pensamento matemático: como não estar errado. Rio de Janeiro: Zahar, 2015. p. 19.
8. GODELIER, Maurice. Les Tribus dans l'histoire et face aux États. Paris : CNRS Éditions, 2010.
9. GOUREVITCH, Philip. Gostaríamos de informá-lo de que amanhã seremos mortos com nossas famílias. (Tradução de José Geraldo Couto.) São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
10. HATZFELD, Jean. Uma temporada de facões: relatos do genocídio em Ruanda. 1.ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
11. HINTON, Alexander Laban. Genocide: an anthropological reader. Oxford: Blackwell Publishers, 2002.
12. ILIBAGIZA, Immaculée. Sobrevivi para contar: o poder da fé me salvou de um massacre. 1.ed. (Tradução de Sônia Sant'Anna.) Brasil: Ponto de Leitura, 2010.
13. KENZ, David El. Le massacre objet d'histoire. France: Gallimard, 2005.
14. KLIEMAN, Kairn A. The Pygmies were our compass: Bantu e Batwa in the history of West Central Africa, early times to c. 1900 C.E. Portsmouth: Heinemann, 2003.
15. LEONARD, Elmore. Os órfãos de Ruanda. 1.ed. São Paulo: Rocco, 2002.
16. MAMDANI, Mahmood. From conquest to consent as the basis of state formation: reflections on Rwanda. New Left Review, NLR | 216, March-April, 1996.
17. \_\_\_\_\_. Citizen and Subject: contemporary Africa and the legacy of late colonialism. Princeton: Princeton University Press, 1996b.
18. NOLLI, Elisa Cristina; ARMADA, Charles Alexandre Souza. A guerra civil em Ruanda e a atuação da ONU. Revista Eletrônica de Iniciação Científica. Itajaí, Centro de Ciências Sociais e Jurídicas da UNIVALI, vol. 4, nº 1, p. 699-708, 1º trimestre de 2013. Disponível em: <[www.univali.br/ricc](http://www.univali.br/ricc)>. ISSN 2236-5044 699.
19. PACHECO, Sílvia; REZENDE, Rodrigo. Paul Rusesabagina: um herói na história de Ruanda. Guia do Estudante, 2012. Disponível em: <<http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/paul-rusesabagina-heroi-ruanda-435635.shtml>>. Acesso em: 30 out 2012.
20. PAULA, Luiz Augusto Módolo de. Genocídio e o Tribunal Penal Internacional para Ruanda. Curitiba: Appris, 2014.
21. PESKIN, Victor. International Justice and Domestic Rebuilding: an analysis of the Role of the International Criminal Tribunal for Rwanda. Journal of humanitarian assistance. May, 2000. Disponível em: <<http://www.jha.al/greatlakes/b003.htm>>; acesso em: 21.set.2015.
22. POWER, Samantha. Genocídio: a retórica americana em questão. (Tradução de Laura Teixeira Motta.) São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
23. PRUNIER, Gérard. The Rwanda crisis: history of a genocide. London: Hurst & Company, 2005.
24. RANCIÈRE, Jacques. Os ossuários da purificação étnica. Folha de São Paulo. São Paulo 10 mar. 1996. Caderno Mais, p.3-6.
25. RUSESABAGINA, Paul. Novo Genocídio pode acontecer”, diz homem que inspirou “Hotel Ruanda”.

UOL Notícias. (Entrevista de Paul Rusesabagina concedida a Universo Online– UOL em 06 abr 2014.) Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2014/04/06/homem-que-inspirou-filme-hotel-ruanda-acredita-que-pais-pode-ter-novo-genocidio.htm>>. Acesso em: 09jul2015.

26. RUSESABAGINA, Paul; ZOELLNER, Tom. An ordinary man. New York: Penguin Books, 2007.

27. SAID, Edward W. Cultura e imperialismo. (Tradução de Denise Bottman.) São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

28. SANCHEZ, Giovana. Entenda por que o mundo não impediu o Genocídio de Ruanda. G1 Notícias em Mundo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/04/entenda-por-que-o-mundo-nao-impediu-o-genocidio-de-ruanda.html>>. MédicosSem Fronteiras, 04 abr 2014.

29. SPEKE, John H. The Discovery of the Source of the Nile (1863). Edição online. Blackmask, 2001.

30. TOUZÉ-SCHMITZ, Anne Le. Ruanda: 20 anos após o genocídio, sinais de reconciliação. Carta Capital (Revista mensal.) Publicado originalmente em Deutsche Welle em 7 abr 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/internacional/vinte-anos-apos-o-genocidio-os-sinais-da-reconciliacao-em-ruanda-7082.html>>. Acesso em: 10 ago 2015.

31. WAAL, Alex de. Genocide in Rwanda. Anthropology Today, vol. 10, nº 3, [jun 1994]. p. 1-2.

32. UNESCO. Ethiopia: three millennia of legend and history. The UNESCO Courier, nº 8, [2008]. p.4-5. Disponível em: <<http://www.unesco.org/courier>>. Acesso em 29. Set. 2015.

33. ZOCCHI, Paulo. Ruanda. In Almanaque Abril 2012. 2.ed. São Paulo: Editora Abril, 2012. p. 579.



**Diogo Gonzaga Torres Neto**

**Professor and Researcher in Federal University of Rondônia – UNIR ,  
Cacoal City – State of Rondônia**

# Publish Research Article

## International Level Multidisciplinary Research Journal

### For All Subjects

Dear Sir/Mam,

We invite unpublished Research Paper, Summary of Research Project, Theses, Books and Books Review for publication, you will be pleased to know that our journals are

### Associated and Indexed, India

- ★ Directory Of Research Journal Indexing
- ★ International Scientific Journal Consortium Scientific
- ★ OPEN J-GATE

### Associated and Indexed, USA

- DOAJ
- EBSCO
- Crossref DOI
- Index Copernicus
- Publication Index
- Academic Journal Database
- Contemporary Research Index
- Academic Paper Database
- Digital Journals Database
- Current Index to Scholarly Journals
- Elite Scientific Journal Archive
- Directory Of Academic Resources
- Scholar Journal Index
- Recent Science Index
- Scientific Resources Database

Review Of Research Journal  
258/34 Raviwar Peth Solapur-413005, Maharashtra  
Contact-9595359435  
E-Mail-[ayisrj@yahoo.in](mailto:ayisrj@yahoo.in)/[ayisrj2011@gmail.com](mailto:ayisrj2011@gmail.com)  
Website : [www.ror.isrj.org](http://www.ror.isrj.org)